



## FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

---

Autarquia Municipal

### ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDO SISTEMÁTICO DA LEGISLAÇÃO DE CONSUMO

**MÓDULO:** Tutela administrativa do consumidor

**PROFESSORA RESPONSÁVEL:** Prof<sup>ª</sup>. Marli Aparecida Sampaio (Mestra em Direitos Difusos e Coletivos pela UNIMES/SP)

**CARGA HORÁRIA:** 40 horas

**PROGRAMA:**

**1. O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Legislação Especial**

**1.1.** Resolução ONU nº 39/248, de 16 de abril de 1985: Apresenta as diretrizes internacionais para a proteção do consumidor. Acordo Brasil e Argentina, de 28 de junho de 2005: Acordo interinstitucional de entendimento entre os órgãos de defesa do consumidor do Brasil e da Argentina para criação de uma rotina de intercâmbio de informações sobre produtos enganosos e produtos piratas, e elaboração de quadro comparativo das leis de defesa do consumidor de ambos os países. Acordo interinstitucional Mercosul, de 03 de junho de 2004: Acordo interinstitucional de entendimento entre os órgãos de defesa do consumidor dos estados partes do Mercosul para a defesa do consumidor visitante.

**2. Processo administrativo por infração às normas do CDC. Competência para fiscalização e promoção da defesa do consumidor. Legislação Especial. Necessidade de regulamentação estadual do procedimento administrativo; poderes da administração; o DPDC e os Procons; órgãos administrativos vinculados à proteção do consumidor; responsabilidade civil X responsabilidade administrativa; procedimentos e princípios; formas de instauração do processo, decisões, recursos e seus efeitos; sanções administrativas e inscrição na dívida ativa da penalidade pecuniária; fundo de direitos difusos, fundos estaduais e municipais; termo de ajuste de conduta; políticas estaduais para o consumo; municipalização; central de defesa do consumidor; educação para o consumo; celebração de convênios e consórcios administrativos; comissões estaduais de defesa dos consumidores; legitimação dos órgãos administrativos para a ACP.**

**2.1.** Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.